

Investindo pouco e mal

Rogério L. Furquim Werneck*

Em meio ao debate econômico, há uma ideia que comanda amplo consenso no País: é preciso elevar a taxa de investimento. Para manter crescimento relativamente rápido, o Brasil tem de passar a investir uma proporção bem maior do PIB. Como conseguir isso é outra questão. Que já não comanda tanto consenso. Embora muitos entendam que a chave para o salto no investimento esteja no aumento da geração de poupança pelo governo, não falta quem acredite que, de uma forma ou de outra, a taxa de investimento pode ser elevada na marra.

Deixando de lado fantasias voluntaristas, é bom ter em mente que mesmo políticas bem concebidas, focadas no aumento da taxa de investimento, não trarão resultados espetaculares, da noite para o dia. Isso significa que o Brasil terá de conviver por algum tempo com taxas de investimento relativamente baixas. E que, portanto, é absolutamente crucial assegurar que o parco esforço de investimento que o País tem conseguido fazer seja tão eficiente quanto possível. Desperdícios de investimento, numa economia que já investe tão pouco, tendem a ser especialmente custosos.

Dessa perspectiva, o quadro que hoje se tem no País parece desolador. Basta ter em conta o variado painel de desperdícios que se vê em alguns dos mais dispendiosos programas de investimento do governo. O grande destaque é o desajuizado e faraônico projeto do trem-bala, que padece de problemas de todo tipo, amplamente ressaltados pelos mais variados analistas. Depois do fracasso retumbante da licitação da semana passada, o governo quer agora dobrar a parada. Vai decompor a licitação em duas. E, para estimular o interesse dos investidores, está disposto a oferecer, além de farto financiamento subsidiado do BNDES, a perspectiva de um orçamento em aberto, com garantia de que as perdas serão cobertas pelo Tesouro.

Preocupam também as contradições e os custos cada vez maiores da política protecionista inconsequente que o governo vem impondo à Petrobrás. A exigência de que os equipamentos supridos à empresa tenham pelo menos 65% de conteúdo nacional vem tendo o efeito que se esperava: brutal encarecimento dos investimentos no pré-sal. A empresa vem sendo obrigada a suspender a licitação de sondas de perfuração, em vista dos preços absurdamente altos apresentados pelos licitantes.

A Petrobrás vem arcando também com o ônus da construção de refinarias no Nordeste, que embora não façam sentido para a empresa, se transformaram em promessas de campanha na eleição presidencial. A maior delas está sendo construída em

problemática sociedade com a PDVSA, na esteira de mais uma aposta equivocada da política externa. A estatal venezuelana, que já vinha enfrentando dificuldades para apresentar garantias aceitáveis ao BNDES, financiador da obra, passou agora a alegar que seu custo se tornou excessivo.

É importante notar que, como boa parte dos recursos públicos destinados a investimento tem passado pelo BNDES, a instituição está profunda e diretamente envolvida em todos esses casos de ineficiência. Basta ter em conta o papel crucial que o banco desempenhou em cada uma das iniciativas de investimento mencionadas acima.

Para coroar o quadro de desperdício de investimento público, o País toma agora conhecimento do amplo esquema de corrupção que há tempos se instalou no Ministério dos Transportes. E acompanha a deprimente atualização diária do mapa das suas intermináveis ramificações.

O que se constata é que há um leque variado de razões para o gritante desperdício que hoje sevê. A ineficiência do investimento pode advir de puro desatino, como no caso do trem-bala, de decisões eleitoreiras, como no caso das refinarias, de formulações impensadas de política industrial, feitas sob forte influência de interesses especiais, como no caso da compra de equipamentos para o pré-sal, ou de simples e escancarada corrupção, como no caso do Ministério dos Transportes.

Já é o momento de o País passar a dar destino mais nobre aos recursos que, a duras penas, tem conseguido mobilizar para investimento.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.